

PROCESSOS DE FORMAÇÃO HUMANA: DESAFIOS DIANTE DAS RÁPIDAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Cleide Francisca de Souza Tano¹⁷
Prof. Dr. Marcelo Pessoa¹⁸

RESUMO: Neste artigo propõe-se uma discussão e reflexão sobre o tema Educação, com foco no processo de formação humana dos alunos dos cursos técnico, tecnológico ou superior. Nesse sentido, o objetivo geral será o de discutir e refletir de modo geral sobre o processo de formação geral e profissionalizante diante das transformações sociais e das diversidades urbanas, territoriais e culturais. Já, nos objetivos específicos, serão discutidos de modo geral: 1) Políticas educacionais, educação e processo ensino-aprendizagem; 2) A educação profissionalizante: Política, intencionalidade, avanços e retrocessos; 3) Contextos atuais dos espaços urbanos, territórios e os desafios para a qualidade da formação. A pergunta problema é: Existe uma formação ideal diante das rápidas transformações em todos os espaços e de nosso processo histórico de educação frente a tendência ao imediatismo da atualidade? A justificativa desta pesquisa dá-se pela necessidade de instigar o debate e reflexões sobre os processos de formação humana, questões que são de grande importância, tanto para o campo acadêmico (docentes e discentes), quanto para os agentes das políticas públicas educacionais e para os cidadãos de modo geral, pois assim, nascem novas percepções, capazes de tornar os envolvidos mais críticos e com novos olhares e posturas sobre esta temática. Os instrumentos metodológicos utilizados foram as pesquisas bibliográficas e documental em artigos científicos, legislação, em dados estatísticos e ainda a articulação destes dados com os vídeos: Filme documentário: “Escolarizando o Mundo: O último fardo do homem branco”, dirigido e editado por Carol Back (2012) e do Documentário “O Mundo Global Visto do Lado de Cá” do cineasta Sílvio Tandler (2002). Nas considerações finais, aponta-se que os processos de formação humana são desafiadores, porém, não impossíveis e precisam ser construídos juntos.

PALAVRAS-CHAVES: Educação, Formação geral e profissionalizante, Desafios e tendências atuais.

ABSTRACT: In this article we propose a discussion and reflection on the education theme, focusing on the process of human training of students of technical courses, technological or higher. In this sense, the overall objective will be to discuss and reflect on the whole of the process of general and vocational training in the face of social change and urban, territorial and cultural diversity. Already, the specific objectives, will be discussed in general: 1) educational policies, education and teaching-learning process; 2) vocational

¹⁷ Especialista em Gestão Pública pela FaPP – Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, Unidade da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

¹⁸ Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG, Unidade Frutal. Possui Bolsa de Professor Orientador – BPO. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

education: Politics, intentionality, advances and retreats; 3) Current Contexts of urban spaces, territories and the challenges for the quality of training. The problem question is: Is there an ideal training before the rapid transformations in all areas and our political process forward education tend to the immediacy of today? The justification of this research gives up the need to provoke debate and reflection on the processes of human development, issues that are of great importance for both the academic field (teachers and students), and for the staff of public educational policies and citizens in general, as well, they find new insights, able to make the most critical and involved with new looks and attitudes on this issue. The methodological instruments used were bibliographical and documentary research in scientific articles, legislation, statistical data and even the articulation of these data with the videos: documentary film "Escolarizando the World: The last white man's burden", directed and edited by Carol Back (2012) and the documentary "The Global World Here Side of visa" the filmmaker Silvio Tendler (2002). In the final considerations, it indicates that the human formation processes are challenging, but not impossible and must be built together.

KEYWORDS: Education, General and vocational education, Current challenges and trends.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo propõe-se uma discussão e reflexão sobre o tema Educação, com foco no processo de formação de jovens e adultos, em nível técnico, tecnológico ou superior. Não estamos nos referindo à educação de jovens e adultos nas fases iniciais do ensino fundamental, entretanto, em alguns momentos, faz-se necessário voltar aos primeiros momentos da formação, pois o processo de desenvolvimento, em especial o de formação escolar é histórico.

O público jovem e adulto, foco das reflexões deste trabalho, carrega uma bagagem de aprendizagem do seu ensino fundamental, de suas vivências ao longo da vida, de suas relações pessoais, familiares e profissionais, que lhes trarão implicações no seu processo de escolarização nos demais níveis de ensino. Os acertos e falhas do processo ensino-aprendizagem na fase inicial refletirão nas fases seguintes e, por este motivo, não se pode pensar na política educacional para o ensino médio, técnico, tecnológico ou superior sem a discussão da política educacional da fase inicial que são apresentados em alguns trechos deste trabalho.

Num contexto político, econômico, social e educacional como o nosso, isto é, excludente para grande parte dos brasileiros, uma reflexão como a

nossa pode interessar. Assim, no campo da educação, várias são as questões e dilemas que têm fomentado os pesquisadores a focarem seus trabalhos para estudá-los, problematizá-los e buscar soluções.

Neste sentido, França e Scocuglia (2011, p. 17), apontam que no Brasil, grande parcela da população é de semiescolarizados, ou seja, alguns nem conseguiram ou conseguirão concluir o ensino fundamental e precisam ou precisarão trabalhar para ajudar a prover seus familiares. Para estes, não raramente e como única alternativa restará como opção de obtenção de qualificação profissional, o ingresso aos cursos técnicos, condição necessária para conseguir um certificado, que lhes dará acesso a melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Nestes cursos, a prioridade é ensinar competências e técnicas, porém, com as constantes transformações e mudanças advindas dos avanços tecnológicos, estas competências podem, em pouco tempo, se tornarem ultrapassadas, uma vez que as máquinas e os equipamentos estão evoluindo tão ou mais rapidamente que o conhecimento que se consegue acumular sobre elas. Nisto, vê-se que há uma tendência de que estes equipamentos se tornem descartáveis e facilmente substituídos, conforme aponta França e Scocuglia (2011) em seu trabalho, “O Discurso e a Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico”.

Além das questões e dilemas que afetam o processo de formação, a população é estimulada à incorporação de novas (sub)culturas, em especial a subcultura voltada ao consumismo, atendendo ao interesse do sistema produtivo. Este sistema que, além de alienar o trabalhador, fazendo com que ele não se reconheça no seu trabalho, muitas vezes, utilizando-se da mídia, interfere também nos valores e atitudes das pessoas de forma quase que invisível, sem que as pessoas percebam.

É emblemático que, ao discutirmos os processos educativos, não podemos deixar de mencionar que o trabalho é o eixo basilar para compreensão destes processos, assim como aponta Marx (1985), dizendo que ao produzirem seus meios de subsistência, os homens atuam sobre a natureza e, ao modificá-la, eles modificam sua própria natureza.

Este autor também aponta para a ideia de que além da exploração da natureza, há a exploração do homem pelo homem. Portanto, é histórico este

sistema de exploração, e no campo da educação não é diferente, conforme aponta Gomes (2012), ao afirmar ser negado à classe trabalhadora o acesso a conhecimentos que extrapolassem as exigências imediatas do processo produtivo, o que, de certo modo, dialoga com o pensamento de Sobarzo (2009), quando nos diz que as oportunidades e possibilidades não são para todos.

Ao lado disso, percebe-se que a globalização veio de forma planetária demarcar territórios de domínios de grandes empresas, responsáveis pela circulação de mercadorias, dinheiro e serviços. No contexto atual, os acontecimentos mundiais, os movimentos sociais e as reivindicações de diversos movimentos apontam para a direção de um conjunto de estruturas que precisa ser revisto, tais como a visão estreita de mundo que alguns governantes ainda orgulhosamente exibem.

A escola para a formação cultural, científica e cidadania crítica, articulada com as diversidades social e cultural é defendida, dentre outros, pelo professor Libâneo (2012, p. 26). Enquanto isto não acontece, o diagnóstico das escolas não condiz com uma escola capaz de exercer esta função. Muitas das escolas são perfiladas como ineficazes, devido ao baixo nível dos resultados, além de apresentarem uma tendência maior ao acolhimento social do que voltadas às práticas educativas propriamente ditas. O ambiente escolar ainda tem de conviver com altos índices de violência, com a falta de interesse de alunos e da sociedade, com a falta de recursos dentre outros, dados estes que comprometem a educação.

A educação deveria ser um processo capaz de fazer com que o indivíduo extraísse o melhor de si, entretanto, serve à lógica do mercado, que é perversa, excludente e segregadora. Muitas são as pesquisas, publicações sobre educação, políticas educacionais, processo de formação, contudo, é questionável se existe um modelo de formação que seja capaz de encurtar a distância entre a riqueza produzida e o estado de pobreza em que muitos vivem.

Lombardi (2014, p. 54), embasado nas contribuições de Marx e Engels, ao tratar sobre a centralidade dialética do trabalho, enquanto princípio educativo, diz-nos que o processo de formação humana não deveria ser unilateral, deveria ser pleno, preparar o cidadão para a vida física,

espiritualmente, socialmente, profissionalmente e, assim, o homem se sentiria completo com a sociedade e com seu trabalho.

Sobre a educação, Frigotto (2001) lembra que após a Segunda Guerra Mundial, num contexto de crise e de desemprego estrutural e da configuração de uma divisão de incluídos, contrapostos aos precarizados e excluídos, a função que passa ter a escola é uma função econômica, diferente da função integradora original e, assim, passa a ter a função de formação para o mercado de trabalho:

[...] desloca-se a responsabilidade social do Estado para o plano do individual. Já não há política de emprego, nem perspectiva de uma carreira, mas indivíduos empregáveis ou não, requalificáveis. Para os não empregáveis resta-lhe um tempo infundo de procura por um emprego, um tempo, como caracterizou Viktor Frankel de existência provisória sem prazo. Trata-se, como mostra Neves (2000), da educação profissional adequada à nova divisão do trabalho (FRIGOTTO, 2001, p. 81-82).

Os problemas enfrentados pelo processo de formação de jovens e adultos, em níveis técnico, tecnológico e superior, são tão sérios quanto o fato de que muitos dos envolvidos com o ambiente escolar, alunos, professores, coordenadores, auxiliares, pais dentre outros, não têm clareza e nem são capazes de chegar a um consenso sobre os critérios da boa educação.

Libâneo (2012, p. 16) salienta o problema da dispersão em torno dos objetivos e formas de funcionamentos da escola, e ainda afirma que existe um grande impacto provocado pela internacionalização das políticas educacionais em países emergentes e pobres. A influência destes organismos transnacionais na política educacional brasileira afeta significativamente a aprendizagem em sala de aula, pois interferem em diversos campos: na pedagogia, na didática, nos currículos, na organização da escola dentre outros.

A questão das influências de organismos internacionais é afeta a todos os níveis da educação em diversos países. No Brasil, o ensino tecnológico e profissional passou por vários momentos. Entre avanços e retrocessos, percebe-se que a política adotada quanto ao ensino profissionalizante é uma política de expansão acelerada e crescente, perceptível pela expansão dos polos de ensino profissionalizante, entretanto, o modelo ainda carece de

estudos quanto às intencionalidades desta política, sobre os interesses de quem ela atende, bem como sobre a qualidade do ensino ofertado.

Percebe-se que, no Brasil, as políticas não focam realmente a qualidade da educação e, assim, os governos tendem a apenas incrementar medidas já existentes, ao invés de inovar e provocar mudanças radicais em certos sistemas, em especial no campo da educação. Rua (2012) reafirma este ponto de vista, afirmando que algumas das políticas públicas possuem caráter compensatório e visam a incrementar políticas educacionais vigentes ao invés de inovadoras. As considerações de Dourado (2005, p. 107) convergem com as emitidas pelos autores citados acima sobre as influências de organismos internacionais, na medida em que muitas das medidas adotadas pelo nosso governo como, por exemplo, a universalização do ensino fundamental, são adotadas com a intenção de atender às exigências de organismos internacionais.

Entretanto, percebe-se que, quando o Estado prioriza um segmento, outro será secundarizado. Isto ocorreu no Brasil com a universalização do ensino fundamental e com o ensino superior nos anos 1990, quando o governo intensificou o processo de privatização do ensino superior, tanto para a criação de instituições de ensino superior quanto para abertura de novos cursos, novas vagas. Um dos pontos cruciais deste processo é o fato de que muitas instituições privadas prioriza apenas o ensino em detrimento à pesquisa e à extensão, comprometendo, assim, todo o processo ensino-aprendizagem e a prática do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Propõem-se, assim, neste trabalho, também uma discussão e reflexão sobre o tema educação, com foco no processo de formação de jovens e adultos, em nível técnico, tecnológico ou superior. Neste sentido, no desenvolvimento deste trabalho serão discutidos os tópicos: 1) Processo de formação no ensino técnico, tecnológico e superior; 2) Políticas educacionais, educação e processo ensino-aprendizagem; 3) Educação profissionalizante: política, intencionalidade, avanços e retrocessos; 4) Contexto atual dos espaços urbanos, territórios e os desafios para qualidade da formação geral e profissional.

2. PROCESSO DE FORMAÇÃO NO ENSINO TÉCNICO, TECNOLÓGICO E SUPERIOR

O Artigo 205 da nossa Constituição destaca que a promoção da educação é dever do Estado, da família e deverá ser cumprido com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Tanto autores como França e Scocuglia (2011), em seu artigo publicado no livro “O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital”, quanto Cocco (2012), no livro “Trabalho e Cidadania: produção e Direitos na Crise do Capitalismo Global”, traçam considerações sobre trabalho e cidadania. Para estes, cidadania é o conjunto de direitos e deveres políticos que permitem às pessoas participar da democracia. Entretanto, deixam uma questão para reflexão: ter direitos ou ter condições? Tem-se o direito de acesso à escola, à educação, mas, não se tem, muitas vezes, condições de acessá-los, por diversos motivos: falha do Estado, questões socioeconômicas, culturais, estrutura familiar, dentre outros motivos.

Ainda segundo os autores citados, a efetivação destes direitos está diretamente relacionada com o trabalho, pois é pelo trabalho que as pessoas conseguem receber seu salário, o qual proporcionará que este direito se concretize em forma de acesso à alimentação, à habitação, à locomoção urbana, à educação, ao lazer dentre outros. Então, percebe-se que o trabalho é o eixo central em diversas relações, em questões relacionadas à cidadania e aos processos de formação também. É também histórico que os processos de formação atendam à lógica do mercado, ainda que nele não se permita que o processo de formação integral, capaz de extrair o melhor de cada indivíduo, aconteça.

No Brasil, o governo, atendendo a exigências internacionais, conforme vemos em Dourado (2005), exemplifica o fato de que o governo prioriza o ensino fundamental e secundariza o ensino superior. As políticas adotadas para o ensino superior são financiamentos, concessões de bolsas em escolas que, muitas vezes, privilegiam o ensino e as medidas assistencialistas que visam à correção de falhas históricas relacionadas ao acesso à educação e a questões socioeconômicas.

2.1. A tecnologização do ensino e outras técnicas

Os avanços no campo da tecnologia também têm contribuído para mudanças no campo da educação, percebe-se que o uso de tecnologia permite um acesso em massa à educação, entretanto, também vários são os questionamentos sobre a qualidade da Educação à Distância, assim como as condições de trabalho dos agentes envolvidos nesta modalidade de ensino. Percebe-se que este campo dentro da educação também carece de pesquisas e reflexões.

Srour (1998) compara a Revolução Industrial com a revolução digital. Para este autor, a Revolução Industrial esvaziou os campos ao mecanizar as lavouras enquanto a revolução digital esvaziou as fábricas ao robotizar e automatizar os processos produtivos. Esta automação leva ao desemprego e a uma busca constante por novas qualificações.

Percebe-se que, em pesquisas com discentes que trabalham ou com jovens desempregados, a ênfase é dada ao ensino profissional e que este valoriza uma formação que auxiliem a ganhar melhor colocação no mercado e poucos enfatizam a perspectiva cultural.

Os estudiosos sobre o tema Educação França e Scocuglia (2011, p. 28-29) questionam a educação profissionalizante de nível técnico e tecnológico, voltada para o mercado de trabalho, pois acreditam que este tipo de educação não visa à formação do indivíduo de forma integral, uma vez que se configuram como medidas assistencialistas e compensatórias, cuja premissa é suprir uma carência por serviço público necessário com o qual o Estado deveria prover seus cidadãos.

O Estado tem adotado políticas que mais pretendem atender às exigências do mercado, em detrimento da população. Assim, conforme Robson e Scocuglia (2011 p. 19), a política profissional brasileira está orientada na atualidade pelo conceito de empregabilidade, de formação profissionalizante do trabalhador para atuar no mercado de trabalho e não para uma formação humana, do indivíduo como um todo. Frigotto (2001), na mesma linha, diz que uma política que, além de torná-lo empregável, é capaz de possibilitar que este possa atuar em outro serviço, caso venha a ficar desempregado ou a gerir seu próprio negócio, pode ser muito nociva para o futuro sociocultural do indivíduo.

Pereira, Wassem e Caldas (2013) pesquisaram sobre processos de formação na percepção de discentes, dentre várias considerações, destacaram que poucos alunos têm pleno conhecimento do currículo do curso e não estão preocupados com as finalidades das disciplinas que compõem o currículo e de forma geral não reconhecem a importância da integração do saber, mas aceitam a organização fragmentada. Neste trabalho, os autores buscaram “conhecer a visão dos estudantes sobre o currículo de seus cursos e sobre quais ênfases curriculares seriam mais adequadas para prepará-los a viver em uma sociedade e mundo de trabalho caracterizado por rápidas transformações”.

A publicação deste trabalho destacou que 68,3% dos estudantes pesquisados valorizam um currículo que tenha ênfase na formação básica. 62,2 % valorizou o fato de que tenha ênfase também na formação geral, e 37% entendem ser importante a ênfase na formação profissional. Vale dizer, que a pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino público e bem conceituada, onde o acesso ao ensino superior à esta instituição é difícil e especialmente complicado para as classes mais pobres.

É vasto o aparato teórico, que chama a atenção para os problemas contemporâneos, em especial, os relacionados com os processos de formação brasileira, entretanto o Estado assume o pensamento neoliberal e ideológico da globalização, tratando a questão do desemprego como resultado de mudanças e inovações no setor produtivo, responsabilizando o trabalhador pela sua qualificação, como apontam os autores França e Scocuglia (2011).

Lucena *et al* (2014) destacam que é emergente e urgente um trabalho que coloque em evidência a educação de qualidade, diferentemente da moldada pela lógica de mercado que responsabiliza os indivíduos pelo alcance de melhor qualidade de vida:

[...] nossas análises apontam que a nova educação profissional brasileira e, particularmente, seu nível básico, orienta-se pelo conceito de empregabilidade. Como consequência, tem ocorrido um processo de individualização da formação do trabalhador, pelo qual se indica que um é responsável por buscar suas competências a serem alcançadas, segundo o discurso governamental, com o desenvolvimento das habilidades básicas, das habilidades específicas e das habilidades de gestão. Essas habilidades básicas seriam potencializadoras do empreendedorismo na economia “dada”. Entretanto, o que de fato

ocorre é, por outro, um processo ideológico naturalizador da exclusão social e, por outro, a tentativa de redução do processo educativo a um mecanismo instrumental e adaptativo voltado para a integração periférica ou informal no mercado de trabalho (LUCENA *et al*, 2014, p. 178).

Estes autores ressaltam que, no discurso do Estado, o mercado valoriza os mais qualificados e que, para muitos jovens brasileiros que são subescolarizados, a única alternativa de ingresso no mercado de trabalho é ingressar na formação técnica e profissionalizante.

3. POLÍTICAS EDUCACIONAIS, EDUCAÇÃO E PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A Lei Federal nº 9.394/96 (LDB), ao tratar sobre os princípios em que o ensino deverá ser ministrado, no artigo 3º, revela que a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola é fundamental. Diante da nossa realidade mostrada diariamente na mídia, é utópico pensar nesta igualdade, ainda mais se houver uma reflexão, visto que a mídia mostra apenas parte das assimetrias sociais, culturais e econômicas do Brasil, já que, muitas das vezes, não é de interesses de seus patrocinadores porem em destaque a realidade do país.

A desigualdade chega ao processo de formação escolar, desde o nível da educação básica, passa pelo ensino fundamental e, quanto mais se avança no processo de formação de jovens e adultos, ou mesmo no ensino técnico, tecnológico profissionalizante ou superior, a desigualdade sociocultural é gritante. Os fatos, então, mostram que este é um problema histórico da educação, consequência de políticas educacionais apenas assistencialistas implantadas ao longo do tempo.

Professor Libâneo (2012) questiona a política que está mudando a missão da escola, a missão social de acolhimento está sobressaindo à missão pedagógica. Este autor ainda chama atenção para a situação atual da formação de professores, com diferentes concepções de formação e diferentes formatos curriculares e aponta para a dicotomia desigualdade social x desigualdade educativa:

[...] o problema está na distorção dos objetivos da escola, ou seja, a função de socialização passa a ter apenas o sentido de convivência, de compartilhamento cultural, de práticas de valores sociais, em detrimento do acesso à cultura e à ciência acumuladas pela humanidade. Não por acaso, o termo igualdade (direitos iguais para todos) é substituído por equidade (direitos subordinados à diferença) (LIBÂNEO, 2012, p. 23).

Percebe-se que a educação formal, do modo como está, molda os indivíduos desde sua infância, sem levar em consideração as diversidades, sem proporcionar integração e sem muito menos considerar as realidades e, assim, fica comprometido todo o processo de formação cultural e científico.

A política de Educação Integral implantada no Brasil, em algumas escolas, desde 2008 – que, vale dizer, não é uma política de educação integral, mas sim educação de tempo integral – ainda está longe de atender estas demandas. Isto, devido ao projeto de educação integral, que deveria ser, na prática, aplicado ao que se diz nos documentos oficiais, impondo-se condições de igualdade para todos, ricos, pobres, que necessitem de atenção especial ou não, pois o convívio com as diversidades é extremamente enriquecedor durante a formação.

Este problema se agrava devido à postura dos muitos brasileiros que, diante de debates e de discussões sobre este tipo de política, é passiva e silenciosa. A sociedade se cala, está mais preocupada com questões imediatas, com outros espaços de socialização, como a mídia e as tecnologias que os encantam. Percebe-se nela um excesso de informação, mas pouco ela sabe sobre si mesma.

À baila disto tudo, vemos que poucos movimentos sociais resistem e que bem menos integrantes ainda conversam com seus membros sobre a realidade e lutam para preservar sua cultura. De certo modo, isto também alimenta uma concepção de educação não mais vista como o processo capaz de fazer com que a pessoa consiga extrair o melhor de si, mas, longe disto, compatível com a tendência do contexto atual, voltada ao imediatismo do sistema econômico capitalista, bastante motivada ao consumo, e que não valoriza as diversidades culturais, dando mais e melhores oportunidades.

O vídeo documentário, “Escolarizando o Mundo”, dirigido por Carol Back (2012), mostra que a educação formal pode possuir o lado bom e ruim.

Existe a possibilidade da educação formal ser mal utilizada. Back (2012) mostra o lado perverso da educação no documentário que editou. Segundo este documentário, a educação é mal utilizada no momento em que ela atende exclusivamente à lógica capitalista, no momento em que ela é alienadora e que também serve para extinguir culturas.

As tecnologias ajudam neste caminho, se de um lado reduzem distâncias, ajudam a melhorar as aulas e são também espaços constitutivos de aprendizagem, por outro lado, o modo como estas ferramentas são usadas deve ser criteriosamente estudado, pois, ao que parece, têm contribuído para o comprometimento do princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, uma vez que tem retirado alunos e professores das salas de aula – hoje, é bastante comum escolas sem alunos, aulas sem professores.

Paulo Freire (2011), ao discutir o papel do docente, considera que o professor não é um ser acabado, que sabe tudo, diz que ele também está em constante aprendizagem e ao optar por uma forma de atuar que valoriza o diálogo, problematizadora, abolindo a educação bancária, em que serve apenas para transmitir informações, ele consegue também aprender com seus alunos, instituindo um processo recíproco, ao mesmo tempo em que o professor ensina, ele também aprende e o mesmo ocorre com o aluno, que consegue aprender melhor, torna-se mais crítico e até mesmo mais autônomo. Estes ensinamentos não podem ser esquecidos com o deslumbre pelas tecnologias, nem pela busca por caminhos mais curtos.

4. A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: POLÍTICA, INTENCIONALIDADE, AVANÇOS E RETROCESSOS

A educação profissional no Brasil passou por vários avanços e retrocessos ao longo do tempo. Santos e França (2011), ao tratar sobre a reestruturação produtiva do mundo do trabalho e sobre a formação profissional tecnológica, dizem que a formação do trabalhador começou desde o período de colonização, tendo os índios e os escravos como os primeiros aprendizes de ofícios. Segundo estes autores, no ano de 1785, houve uma estagnação do desenvolvimento tecnológico brasileiro com a proibição da existência de

fábricas, por Portugal, sendo revogada esta proibição apenas em 1808, por D. João VI.

Depois disto, somente em 1906, com o advento do Decreto 787, de 11 de setembro de 1906, foram criadas as primeiras escolas profissionais na Unidade Federativa, visando à aprendizagem de ofícios e aprendizagem agrícola. Ainda segundo os autores acima, quando Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil, foram criadas mais dezenove escolas deste tipo em todo o território. Somente em 1942, começa um processo de vinculação do ensino industrial à estrutura de ensino no Brasil, no sentido dos alunos formados nos cursos técnicos ficarem autorizados a ingressar no ensino superior em áreas equivalentes a sua formação.

Percebe-se, no estudo dos autores acima, que somente em 1978, as três Escolas Técnicas Federais dos Estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram transformadas em CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica.

As Leis 9.394/96 e 11.741/2008 também tratam sobre a educação profissional e tecnológica brasileira e mais recentemente os Decretos 5.224 e 5225 de 2004 elevaram os CEFET's a Institutos Federais de Educação Superior, dando a estes Institutos a condição de Universidades Públicas e em 2007, foi criado um plano de expansão desta rede de ensino profissionalizante.

Em 2013, o programa “Todos pela Educação” divulgou no “Anuário Brasileiro da Educação Básica”, que era meta do PNE – Plano Nacional da Educação, triplicar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta a pelo menos 50% da expansão no setor público. Conforme este documento, o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado em 2011, seria o principal programa do governo federal na área de educação profissional.

Esta política de expansão carece de diálogos, reflexões e atitudes positivas, visando melhorias, pois, assim, como os demais níveis da educação, também sofrem interferências dos organismos internacionais. Lima e Freitas (2013) reforçam este ponto de vista, pois ressaltam que, embora o país tenha progredido na universalização do ensino fundamental, muito pouco avançou

quanto à educação profissionalizante e a democratização da educação como um todo.

França e Scocuglia (2011 p. 23) reforçam esta percepção, pois afirmam que a educação profissionalizante brasileira está mais preocupada em ensinar competências e técnicas que transmitir conhecimentos, além disso, o discurso do Estado em relação ao processo de formação tem a intenção de transferir para o indivíduo a responsabilidade pela sua própria educação. Em muitos discursos prega-se que o mercado valoriza os mais capacitados, porém, sabe-se que em várias ofertas de emprego para certo nível escolar, pessoas bem mais escolarizadas concorrem, e assim aqueles com menor grau de instrução e até mesmo com grau de instrução compatível com o requisito para o cargo é excluído e responsabilizado pela exclusão, restando-lhe um sentimento de culpa e fracasso, sendo que, na realidade, o sistema é que é totalmente excludente.

Rua (2012, p. 21-33) caracteriza as políticas públicas brasileiras como assistencialistas e compensatórias, no sentido de adotarem medidas afirmativas que visam compensar injustiças passadas. Outros autores como Santos (2012, p. 82-87) e Coelho (2012, p. 101), ao tratarem dos problemas contemporâneos brasileiros e mais especificamente a partir de 1990, lembram que os governantes ainda possuem grandes desafios a serem enfrentados no sentido de solucionar estes problemas. Estes desafios são o de implementarem políticas que realmente atendam ao interesse da população, dos movimentos sociais, que reivindicam dos governantes ações no sentido de efetivar as correções de injustiças e ainda ações que façam com que o Estado passe a cumprir suas funções de Estado Necessário e não apenas funções reguladoras.

5. CONTEXTOS ATUAIS DOS ESPAÇOS URBANOS, TERRITÓRIOS E OS DESAFIOS PARA A QUALIDADE DA FORMAÇÃO

O contexto atual é composto por um mundo globalizado e, como consequência desta globalização, temos espaços urbanos e territórios que sofrem com problemas como falta de mobilidade urbana, violência, falta de

educação, falta de infraestruturas, falta de saneamento básico, dentre tantos outros.

Os dados do Censo Demográfico 2010 divulgam números impressionantes sobre os territórios classificados como subnormais, englobando assentamentos irregulares, favelas; invasões; grotas; baixadas; comunidades; vilas; ressacas; mocambos; palafitas; margens de córregos, de rios e lagos; aterros sanitários, lixões, faixa de domínio de rodovias e ferrovias dentre outros:

Aglomerado subnormal - É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa. A identificação dos aglomerados subnormais é feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuir pelo menos uma das seguintes características: • urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou • precariedade de serviços públicos essenciais, tais quais energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto. Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período (IBGE, 2010, p. 18).

Estes dados refletem alguns dos problemas urbanos contemporâneos, desafios para as políticas públicas, para as políticas educacionais e para todos os envolvidos com a educação. Para estes, em especial, a questão é mais delicada, uma vez que o Estado adota uma política voltada para resultados, responsabilizando a escola pelo êxito e insucesso dos alunos e professores, além de atribuir novas funções à escola, além da função pedagógica, a escola passa a cumprir a função de proteção social.

A aprendizagem é o foco da escola, mas, para que ocorra a aprendizagem, outros requisitos são essenciais como, por exemplo, currículo, professores qualificados, gestão capacitada, sistema de avaliação, condições humanas, físicas, materiais e financiamento.

Questões e dilemas relacionados com a aprendizagem deveriam ser de interesse de todos. Entretanto, não é assim. Desta maneira, o papel da escola pode ter várias configurações, dependendo da concepção de quem estiver discutindo sobre o assunto. Um olhar mais crítico sobre o papel da escola irá perceber que existe uma escola do conhecimento para ricos e uma escola de integração para os pobres, conforme aponta Libâneo (2012).

O filme documentário “O Mundo global visto do lado de cá”, encontro com Milton Santos, de Silvio Tendler, mostra que o contexto atual, caracterizado como globalizado, é fruto de um longo período, marcado por fatos históricos: o processo de ocupação territorial, a fragmentação dos territórios, a revolução tecnológica, o desmonte do estado de bem estar social, o humanismo substituído pelo consumismo, dentre outros.

O mundo global mostrado neste documentário é perverso, e aos olhos das autoridades, a única crise é a crise financeira. Grandes empresas escapam do controle dos governos e ocupam vários territórios, de forma que, para fabricar um equipamento, as peças vêm de vários países, em especial de países onde a exploração da mão de obra é permitida. E, assim, estas grandes empresas, detentoras dos meios de produção, não têm responsabilidade sociais para com trabalhadores e nem com os espaços urbanos e territórios que ocupam para realizarem suas produções.

Percebe-se neste filme, a luta de povos de diversos países, defendendo a não privatização da água, apoiada pelo Banco Mundial. O mesmo Banco que financia muitos projetos educacionais no mundo inteiro. Diante disto, pode-se questionar: que Educação é esta? Atenderá aos interesses de quem? No caso brasileiro, o Estado prioriza a universalização do fundamental, por quê? Por que secundarizar a educação na fase em que os agentes se tornam mais críticos? São vários os questionamentos que podem ser feitos.

Este também mostra que a mídia nem sempre é fiel na exposição desta perversidade, salvo algumas exceções como, por exemplo, os documentários em estudo, os trabalhos científicos divulgados, isto porque as agências nacionais e internacionais de informação estão muito ligadas com a classe dominante, detentora dos meios de produção.

O lado perverso da educação é também mostrado neste documentário, quando tira os sujeitos, as crianças de suas realidades para moldá-las através duma educação que molda conforme parâmetros estabelecidos quase sempre pela classe dominante, pelo sistema de produção que não considera suas relações, seu habitat, seus costumes.

O programa “Todos pela Educação” (2013) demonstra que são palpáveis as desigualdades brasileiras referentes ao processo de formação:

Um dos maiores desafios da Educação brasileira - no curto, médio e longo prazos – está, sem dúvida, relacionado à formação de professores e, em especial, à valorização da carreira do magistério... O Brasil tem ainda uma escola do século 19, um professor do século 20 e um aluno do século 21 (BRASIL, TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013, p. 94 e 95).

Os documentários e documentos estudados oferecem um alerta sobre problemas contemporâneos. Nos últimos anos, muito foi falado sobre globalização. Na atualidade muito estamos ouvindo sobre internacionalização universitária e escolarização universal. No campo da educação, os desafios são tantos, desde econômicos, estruturais, até de atitudes, posturas. Precisa-se cada vez mais refletir e debater sobre qual educação é almejada. Para que? , por quê? E ainda como educar? Como lidar com as especificidades de cada sujeito.

Neste sentido, Souza (2010) ressalta que, no Brasil, em alguns movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Sem Terra) já apresentam esta preocupação com a formação de seus integrantes. Estes grupos lutam por uma educação do campo coerente com suas realidades, por uma educação feita em conjunto com os povos dos movimentos e não um currículo comum tanto para a educação urbana quanto do campo dentre outras reivindicações. Os estudos desta autora também mostram algumas conquistas deste Movimento. Percebe-se que a luta dos integrantes do MST não se limita à luta pela posse da terra, eles lutam para que seus filhos tenham acesso à escola com currículo voltado à sua realidade, bem como por políticas públicas que os beneficie.

Percebe-se que no contexto dos espaços urbanos os territórios são diversos, com problemas e desafios variados, porém, os desafios para a qualidade da educação são recorrentes e enfrentados por todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se discutir e refletir de modo amplo sobre as contribuições das teorias de diversos autores estudados, assim como, a articulação destas teorias com os documentários aqui analisados e discutidos. As reflexões sobre o tema estudado, em especial sobre o foco de estudo, permitem várias considerações.

Defende-se que os processos de formação humana deveriam ser promovidos pelo Estado, em escolas com qualidade, em igual condição de acesso a todos, desde a educação básica até os níveis mais elevados do ensino, conforme os pressupostos teóricos embasados em Marx, de forma multilateral, portanto, plena, capaz de preparar o cidadão para a vida, física, espiritual, social e também profissional, proporcionando assim, uma formação integral, para a vida, possibilitando compreensão da realidade, dos processos de ensino-aprendizagem, sobretudo, que fosse capaz de valorizar os saberes prévios dos povos e suas realidades culturais, bem como seria capaz de se alinhar com as rápidas transformações sociais.

Desta maneira, considera-se que a escola é o coração da aprendizagem, conforme os dizeres de Libâneo (2012), e que esta seja vista de maneira não isolada, que haja intersetorialidade com outras instituições ao seu redor, almejando o construir juntos, conforme reivindica alguns movimentos sociais, em especial o apresentado por Souza (2010).

Considera-se esta uma das melhores maneiras de rupturas, concretas, no sistema de ensino engessado, oferecido no Brasil. Defende-se também que as políticas públicas precisam manter esta intersetorialidade, pois os problemas socioeconômico da maioria dos brasileiros refletem diretamente no sistema educacional. Acredita-se que o Estado não pode transferir para a Escola papeis que são de outros órgãos.

Quanto ao ensino técnico e profissionalizante, seus avanços e retrocessos permitem perceber como os problemas desta modalidade de

ensino são históricos, e que esta modalidade de ensino atende aos interesses do capitalismo, dos donos dos meios de produção. Entretanto, considera-se que, mesmo que o ensino seja profissionalizante, se docentes e discentes estiverem abertos às reflexões, ao diálogo, a aprenderem e a ensinarem juntos, haverá formação de conhecimento, muito além da simples informação dada sobre técnicas operacionais e competências.

Considera-se que a política educacional carece de mudanças mais profundas e menos incrementais na área da educação profissionalizante. O Estado precisa valorizar mais o cidadão e preparar políticas educacionais capazes de atendê-los de forma mais satisfatória. Estas políticas devem ser capazes de preparar ou capacitar os agentes da educação, para construírem currículos e projetos pedagógicos apropriados para os problemas contemporâneos, para as realidades vividas pelos brasileiros.

O aluno, ao concluir o ensino médio, técnico, tecnológico ou superior deve ser capaz de perceber a realidade, os problemas vivenciados, deve ser capaz de reflexão crítica e de problematizar e articular formas de mudar as condições postas. Defende-se que o aprendizado adquirido seja concreto, capaz de proporcionar autonomia ao aluno, para que este possa gerir seu projeto de vida, conforme nos ensina sabiamente Paulo Freire.

É emblemático que os problemas urbanos e dos territórios sejam tantos e considere-se que a não reflexão e o não debate sobre este assunto contribuem para que as políticas continuem sendo incrementais e assistencialistas. O debate instiga novos olhares e posturas, assim como está acontecendo, no exemplo citado por Souza (2010), com os movimentos sociais mais organizados, as respostas e caminhos estão surgindo, juntamente com conquistas, com novas percepções e posturas.

Apresentamos a seguinte pergunta problema: Existe uma formação ideal diante das rápidas transformações em todos os espaços, e de nosso processo histórico de educação e ainda frente à tendência ao imediatismo da atualidade? Ela, então, é respondida com as considerações de que: não devemos buscar soluções imediatas para problemas históricos. E ainda que o processo de formação é dever do Estado, da família e também da sociedade. Portanto, todos são agentes no processo de mobilização em prol de melhorias no sistema de ensino.

Assim, os avanços tecnológicos devem ser aproveitados como ferramentas capazes de contribuir com a construção de novos conhecimentos e não apenas como entretenimento, que muitas vezes tiram o foco da aprendizagem. O processo ensino-aprendizagem deve ser recíproco, e neste, o diálogo deve prevalecer. O professor mediador, motiva o aluno na construção de um aprendizado, mas também aprende com o aluno, com suas experiências, com seu modo de perceber e problematizar as realidades.

O processo de formação para o docente deve ser continuado, assim como para os demais integrantes da escola, para que estes não fiquem desalinhados das realidades, conforme Ramos mencionou no Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2013, “uma escola do século 19, docente do século 20 e aluno do século 21”.

O Estado precisa fazer sua parte de Estado Necessário e tratar para que a Educação seja de qualidade, para que os recursos da educação sejam realmente aplicados da melhor forma possível e de acordo com os interesses e necessidades dos cidadãos e não de acordo com exigências internacionais ou de interesses da classe produtora ou de alguns corruptos.

Faz-se necessário refletir sobre os valores que estão sendo passados para as gerações futuras. A cultura do consumismo é uma tendência, entretanto, precisa ser revista e ou tratada, pois para alguns chega a ser um transtorno. Valores tradicionais de preservação e sustentabilidade precisam ser vivenciados e aplicados na atualidade, não se pode esquecer que gerações futuras virão, esta é uma questão de responsabilidade.

O conhecimento empírico precisa ser trabalhado, novos olhares e reflexões são capazes de transformar o conhecimento, antes empírico em conhecimento crítico, capaz de transformações em modos de vida, modos de aprendizagem, modos de consumo e assim uma nova sociedade mais consciente pode historicamente começar a ser construída.

Todos têm saberes, conhecimentos, limitações e possibilidades e conforme Paulo Freire (2011) sabiamente nos diz: “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”. E acreditando nisto, nossa resposta à pergunta problema é sim, existe um processo de formação ideal e

este processo deve focar a formação humana e assim buscar superar os diversos desafios que surgem com as rápidas transformações sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013*. Todos pela Educação. Editora Moderna. Brasil. 2013.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm >. Acesso em: jan. 2014.

BRASIL. *Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008*. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, 2008.

BRAZIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

CALDAS, T. A., WASSEM, J., PEREIRA, E. M. A. *Formação profissional, básica ou geral: o que pensam estudantes da Unicamp*. Revista Ensino Superior nº 10. Junho-setembro 2013. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/formacao-profissional-basica-ou-geral-o-que-pensam-estudantes-da-unicamp>. Acesso em: Jan. 2015.

BACK, Carol (Direção). *Escolarizando o mundo*. Filme. Produzido em 2012. disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/alo-professor/intervalo/2014/01/escolarizando-o-mundo>. Acesso em outubro 2014.

COCCO, Giuseppe. *Trabalho e Cidadania: produção e Direitos na Crise do Capitalismo Global*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COELHO, Ricardo, C. *Estado, governo e mercado*. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração. UFSC, 2012.

DOURADO, Luiz, F. *Reorganização dos Sistemas Públicos e Privado da Educação Superior no Brasil*. Linhas Críticas, Brasília, v. 11, n. 20, p. 103 -117, jan/jun. 2005.

FRANÇA, Robson L, SCOCUGLIA Afonso C. C. *O discurso e a Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico*. In: SCOCUGLIA Afonso C. C. et al. (Org.). *O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital*. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2011.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, G. *Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora*. Perspectiva, Florianópolis: CED/UFSC, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001b. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770>. Acesso em: 01 abr. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIVATTA, Maria. *Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?* Trabalho, Educação e Saúde [online]. 2003, vol.1, n.1, pp. 45-60. ISSN 1981-7746.

GOMES, V. C. *O ajuste das políticas educacionais às determinações do capital em crise: considerações iniciais sobre os rumos na América Latina*. In: BERTOLDO, E., MOREIRA, L. A. L. JIMENEZ, E. (Org.). Trabalho, educação e formação humana frente a necessidade histórica da revolução. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

IBGE. *Censo Demográfico 2010. Aglomerados subnormais. Informações Territoriais*. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf. Acesso em 05 de março de 2015.

IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/informacoes_territoriais_tab_pdf.shtm. Acesso em Jan. 2015.

LIBÂNEO, José C. *O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres*. Educação e Pesquisa (USP. Impresso), v. 38, p. 13-28, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323>. Acesso em. 03 de março de 2015.

LIMA, Antônio, B; FREITAS, Dirce, N. T. (Org.). *Políticas sociais e educacionais: cenários e gestão*. Uberlândia: EDUFU, 2013.

LOMBARDI, José C. Modo de Produção, Transformações do Trabalho e Educação em Marx e Engels. In: LOMBARDI, José C.; LUCENA, Carlos; PREVITALLI. (Orgs.). *Mundialização do Trabalho, Transição Histórica e Reformismo Educacional*. Edição Eletrônica. Campinas, SP. Librum Editora, 2014.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos-filosóficos, 1844. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. *Trabalho estranhado e propriedade privada*. Tradução Jesus Ranieri. Disponível em: http://www.giovannialves.org/Manuscritos_TrabalhoEstranhado.pdf. Acesso em: 01 abr. 2014.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 1º Livro, v.1. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. Ed. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã*. Editorial Boitempo. Brasil, 2007.

RUA, Maria, G. *Políticas Públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC, 2012.

SANTOS, Maria Paula, G. *O Estado e os problemas contemporâneos*. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração. UFSC, 2012.

SOBARZO, O. Reflexões sobre a cidade e o urbano: [...]. In: *Revista cidades – a cidade e o urbano: uma busca conceitual*. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004, V. 6, n. 10, p. 359-379.

SOUZA, Maria Antônia de. *Educação, escola e povos do campo: práticas educacionais em questão*. In: Leôncio Soares et.al. Convergência e tensões no campo de formação e do trabalho docente. Belo Horizonte, Autêntica, 2010, p. 441-459.

SROUR, R. H. Poder, cultura e ética nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

TENDLER, Silvio. *Globalização Milton Santos - O mundo global visto do lado de cá*. Filme de 2002. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM. Acesso em 2014.